

Handwritten signature or initials in the top right corner.



Relatório e Contas

1º Semestre 2015



A empresa Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, E.M, S.A tem por objeto social promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho. O objeto social compreende o exercício das seguintes atividades:

a) Construção de equipamentos e infraestruturas;

b) Desenvolvimento de iniciativas de animação turística no concelho de Cascais;

c) Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;

d) Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:

1. Centro de Congressos;
2. Feira do Artesanato;
3. Hipódromo Manuel Possolo;
4. Fortaleza da Cidadela da Cascais;
5. Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade;

e) Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

A sociedade tem ainda por objeto a fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.

A sociedade poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer atividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

Compreendem-se ainda no objeto da Empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

Em Março de dois mil e catorze a Assembleia Geral da CASCAIS DINÂMICA – GESTÃO DE ECONOMIA, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO, E.M, S.A., procedeu a eleição dos membros do Conselho de Administração para o quadriénio 2014/2017 com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2014.

A 11 de Maio foi aprovada por unanimidade a eleição para administrador executivo Bernardo Corrêa de Barros após a renúncia do administrador Alexandre Faria.

Conselho de Administração:

Presidente: João Ribeiro da Fonseca

Administrador: Bernardo Corrêa de Barros

Administrador: Filipe Nascimento

R

AERÓDROMO MUNICIPAL DE CASCAIS



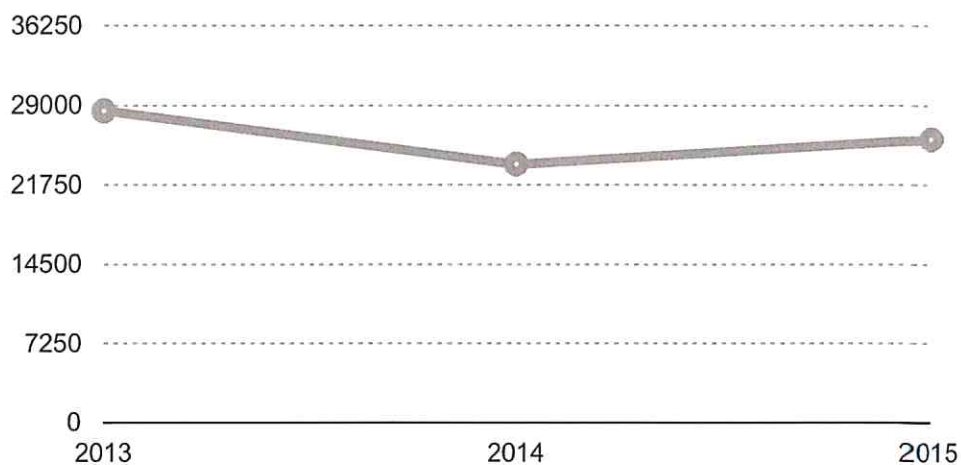
Fazemos uma breve análise da operação aeroportuária no Aeródromo Municipal de Cascais por natureza do tráfego durante o primeiro trimestre do ano.

MOVIMENTOS TOTAIS : ATERRAGEM, DESCOLAGEM E T&G (TOCAR E ANDAR)

1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015
28526	23635	25908
	-17%	10%

5/11

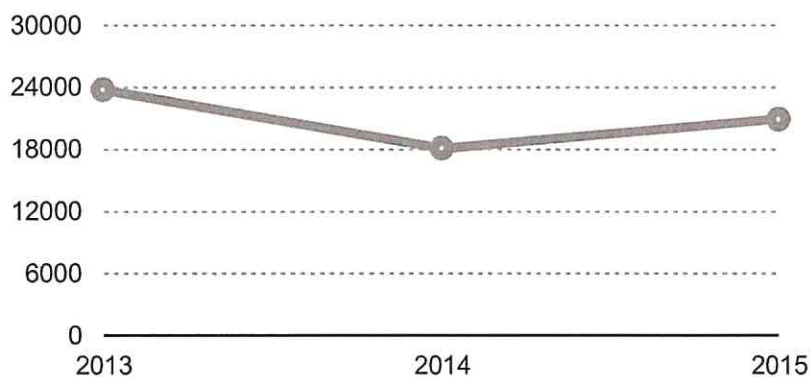
81



Em termos globais, depois de um aumento substancial de movimentos no início de 2013 assistiu-se a uma queda, particularmente acentuada em 2014. Esta quebra é explicada por um lado pela diminuição do número de alunos e o uso de simuladores, e por outro pelas condições meteorológicas adversas que se fizeram sentir nos três primeiros meses de 2014.

Em contrapartida no 1º Semestre deste ano verificou-se um aumento em cerca de 10% em relação ao período homólogo.

MOVIMENTOS DE VOOS DE INSTRUÇÃO



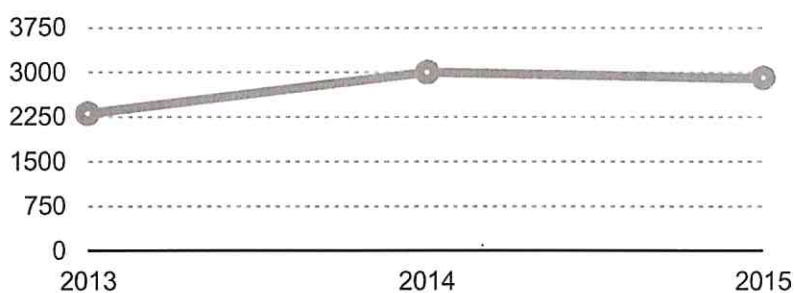
1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015
9997	7364	8566

Handwritten signature in blue and red ink.

SV

1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015
	-24%	15%

MOVIMENTOS DE VOOS DE TREINO



1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015
2310	3000	2901
	30%	-3%

Apesar de um ligeiro decréscimo em relação ao período homólogo mantém-se uma tendência de evolução positiva dos movimentos de treino e instrução. Existem nestes momento oito Escolas a operar no Aeródromo.

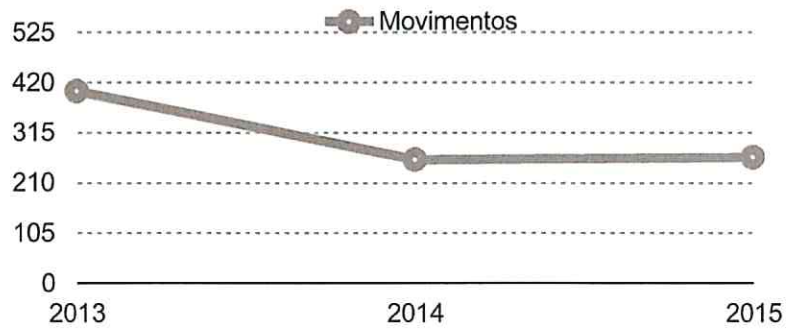
Em termos quantitativos, os movimentos de treino e instrução continuam a assumir uma maior preponderância em relação aos vários tipos de movimentos existentes no Aeródromo.

SV

R



MOVIMENTOS DE TRABALHO AÉREO



1º Semestre 2013	1º Semestre 2014	1º Semestre 2015
402	258	263
	-24%	2%

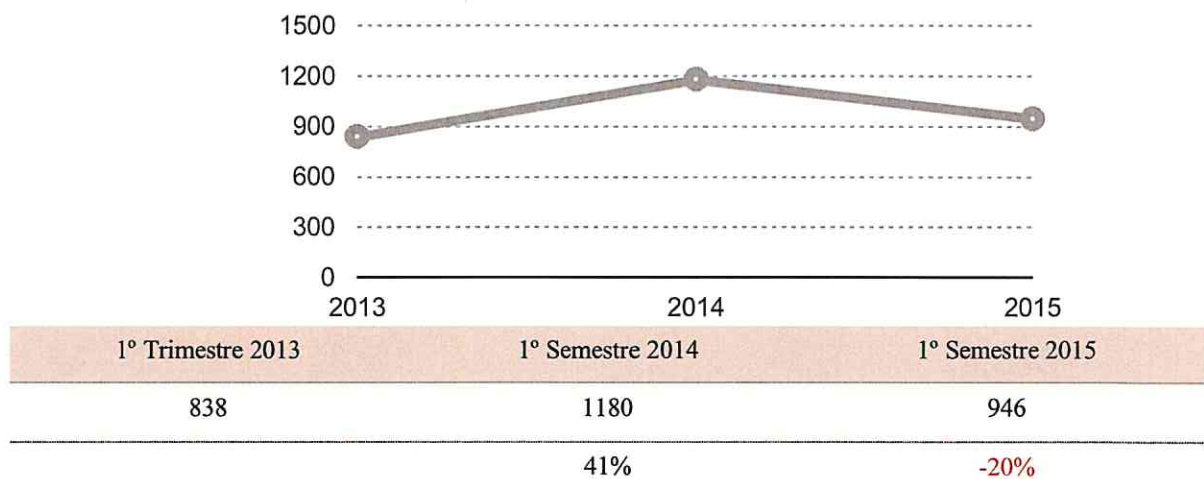
Os movimentos de trabalho aéreo compreendem a utilização de aeronaves, mediante retribuição, para qualquer atividade (exceptuando o transporte de passageiros, carga ou correio) e ainda a movimentação de pessoas, equipamentos e carga necessários à execução da atividade de trabalho aéreo contratado, desde que a distância do ponto de embarque e o de desembarque seja inferior a 50km. Incluem-se as atividades agrícolas, fotografia aérea, patrulha, vigilância, combate a incêndios, prospecção e construções, publicidade, serviços médicos e assistência, pulverização, luta contra a poluição, paraquedismo, etc.

Handwritten signature in blue and red ink.

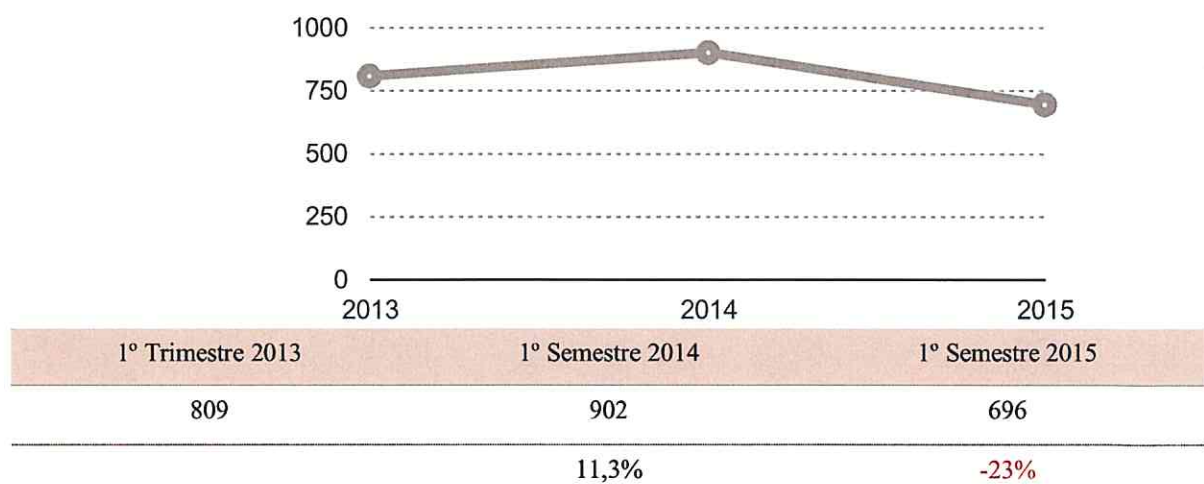
8

Os números referentes a este tipo de tráfego sofrem de 2013 a 2015 uma grande quebra motivada principalmente pelo facto da atividade ligada ao combate a incêndios ter deixado de utilizar o aeródromo. Os voos de trabalho aéreo já só representam cerca de 1% dos movimentos totais.

MOVIMENTOS DE VOOS PRIVADOS



MOVIMENTOS DE VOOS TÁXI AÉREO



8

8

Os voos de táxi aéreo e privados, ainda que tenham um número diminuto de movimentos, entre 2% e 5% dos movimentos totais, representam, em termos económicos (devido à sua tonelagem), uma quota-parte importante nos proveitos do Aeródromo. Os táxis aéreos mantiveram uma tendência de subida principalmente no 1º Semestre de 2014 em relação ao período homólogo do ano anterior.

Nestas categoria o tráfego do 1º Semestre deste ano sofre uma quebra relativamente ao 1º Semestre do ano anterior.



Esta grande variação em termos percentuais é, em grande parte, justificada pelo tráfego de aviação executiva resultante da realização em Lisboa a 24 de Maio de 2014 do jogo da final da “UEFA Champions League”.

De seguida apresentam-se as intervenções/actividades de maior interesse no âmbito da manutenção, segurança e Obras no Aeródromo Municipal de Cascais.

MANUTENÇÃO/SEGURANÇA:

- Manutenção de Geradores de Emergência AMC

LEVANTAMENTOS:

- Levantamento fotográfico de anomalias das zonas nascente e sul da Placa Bravo (caleiras, talude, paredes de tardoz dos hangares) e orçamentação.

Handwritten signature in blue and red ink.

[Handwritten mark]

OBRAS E PROJECTOS:

- Acompanhamento da empreitada “ Cobertura da Ribeira das Marianas no interior do Aeródromo Municipal de Cascais, entre o Taxiway K e o Perfil 14”, como Gestor de Empreitada – Obra Finalizada, efetuada a recepção provisória da obra;
- Acompanhamento da Obra do Restaurante – Obra Finalizada;
- Entrega do relatório de Avaliação do Coeficiente de Atrito e da Irregularidade longitudinal na Pista do Aeródromo Municipal de Cascais;
- Reparação de Vedação e Telhado de Hangar Aerooclube- Concluída;
- Plano para Resolução das Constatações Indicadas no Relatório de Inspeção ao SSLCI

OBRA DA RIBEIRA



[Handwritten signature]

R



OBRA DO RESTAURANTE



FEA

2



De referir ainda que, em colaboração com a Cascais Próxima, foi possível intervir em grande parte da área asfaltada do Aeródromo Municipal de Cascais designadamente as placas de estacionamento abaixo descritas bem como vários caminhos de circulação.

PLACA ALFA



3

B

PLACA BRAVO



P

B
F

8



54

CENTRO DE CONGRESSOS DO ESTORIL

O ano em curso está a registar, à semelhança do que vem acontecendo nos últimos dois anos no CCE, um crescimento consistente.

O nosso principal destino concorrente - Lisboa - continua a atravessar excessos de oferta em relação à procura o que contribui para uma quebra significativa nos preços praticados na concorrência.

É no sector da Hotelaria que mais se verifica essa tendência, e que se pode revelar decisiva na escolha de espaços para reuniões / eventos:

- a) a maioria dos hotéis com boas capacidades de salas (espaço), continuam a praticar preços abaixo do habitual no aluguer de espaço e/ou nos serviços de catering, em troca de dormidas, o que nos retira competitividade.
- b) Na região de Lisboa, concretamente, os preços praticados no alojamento são mais baixos do que nos hotéis da nossa região.

Acresce ainda que as empresas, enquanto clientes deste tipo de serviços, estão a realizar menos eventos e os que realizam são mais contidos nos budgets, quer por questões de económicas, quer pela preocupação de passar uma imagem de contenção de custos.

ANALISE DOS RESULTADOS CCE 1º SEMESTRE 2015

O ano de 2015 decorre dentro da normalidade projectada, apesar do cancelamento de dois eventos com alguma expressão no orçamento anual e que haviam sido considerados aquando da definição de objectivos:

- I. Evento em Janeiro no valor de 25.000€
- II. Evento em Março no valor de 27.000€, cujo cancelamento foi motivado pela crise petrolífera e instabilidade na política internacional que se viveu no início do ano. Ainda assim foi cobrada uma taxa de cancelamento de 6.806€.

Neste primeiro semestre realizaram-se 34 eventos que originaram 108 dias de ocupação.

RESULTADOS

A análise de resultados relativamente ao negócio do CCE é feita da seguinte forma:

- 1) volume de facturação dos serviços contratados para cada evento realizado entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2015
- 2) comparação entre os objectivos estabelecidos para esse período e o realizado
- 3) comparação com o primeiro semestre do ano anterior

Assim:

- Os objectivos estabelecidos para este período foram atingidos;
- Valor de aluguer de espaço: registo de um acréscimo de 17% em relação ao ano anterior, não considerando os 22 dias de cedência de espaço para eventos apoiados pela CMC, que não se verificaram em 2014;
- Aluguer de equipamento audiovisual e assistência técnica: registo de um acréscimo de 170% em relação ao ano anterior.
- Serviços de catering: registo de um acréscimo de 146% em relação ao ano anterior.
- Estes resultados bastante positivos devem-se ao tipo de cliente/evento angariado (multinacionais, incentivos, a associativos com capacidade financeira) e ao bom desempenho comercial da equipa e dos nossos parceiros na apresentação dos serviços disponíveis, tendo em conta as necessidades específicas dos clientes e indo para além destas.

CONCLUSÃO

Os objectivos comerciais foram atingidos, e a realização dos eventos decorreu sem qualquer reclamação por parte dos clientes e com diversos elogios ao profissionalismo, dedicação e simpatia, o que só foi possível devido ao empenho e motivação de toda a equipa comercial e de produção.

REGISTO DE EVENTOS REALIZADOS NO I SEMESTRE



2



3

Handwritten mark or signature in the top right corner.



Handwritten mark or signature in the bottom right corner.

2



3

Handwritten mark in the top right corner.



De seguida apresentam-se as intervenções/actividades de maior interesse no âmbito da manutenção e segurança do Edifício do Centro de Congressos do Estoril.

MANUTENÇÃO/SEGURANÇA:

- Manutenção dos equipamentos de AVAC e restantes equipamentos de acordo com o Plano de Manutenção Preventiva e Vistorias Mensais ao Edifício do Centro de Congressos do Estoril;
- Início de trabalhos para realização de um simulacro no Edifício do Centro de Congressos dos Estoril;
- Preparação de registos informatizados de Registos de Segurança a 2009 a 2014 (Medidas de Auto-protecção CCE)
- Formação Interna Teórica e Prática para 9 pessoas com a duração de 3 horas:
 - Utilização de manta corta-fogo
 - Utilização de Extintores (CO2, Pó ABC, e ABF)
 - Sinalização LLL
 - Extinção Automática de Incêndios (Novec 1230)

Handwritten initials in blue and red ink.

- Criação de ficha de avaliação de condições de segurança e criação de fichas Inspeção (manutenção);
- Ensaios da Central de Bombagem de Incêndio com ficha de ensaio – CCE (acertou-se que o teste deverá ser feito de aproximadamente de 15 em 15 dias sujeito aos impedimento naturais impostos por eventos)

OBRAS E PROJECTOS:

- Entrega do estudo preliminar sobre as anomalias dos revestimentos pétreos das fachadas do Centro de Congressos do Estoril, tendo em vista a definição da estratégia de intervenção adequada. Análise do estudo e pedido de cotação de projecto para correcção de anomalias para 2016
- Executada a modificação da Régie, com aprovação da ANPC;
- Levantamento das anomalias da iluminação do Auditório, e apresentação de solução
- Lançamento de aquisição de Plataforma Elevatória para mobilidade reduzida, aguardamos a entrega

HIPÓDROMO MUNICIPAL DE CASCAIS



No âmbito da gestão desta infraestrutura, os serviços técnicos da Cascais Dinâmica encarregam-se de cumprir as normas de manutenção arquitectónica e paisagística.

Nesta manutenção estão contempladas as redes de água; eléctricas; som; gaz; telefones e internet; e ainda os edifícios (escritório, stands, wc's, etc).

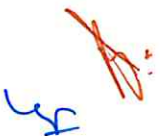
Além disso, está incluída a limpeza e manutenção dos espaços verdes e demais equipamentos urbanos de exterior.



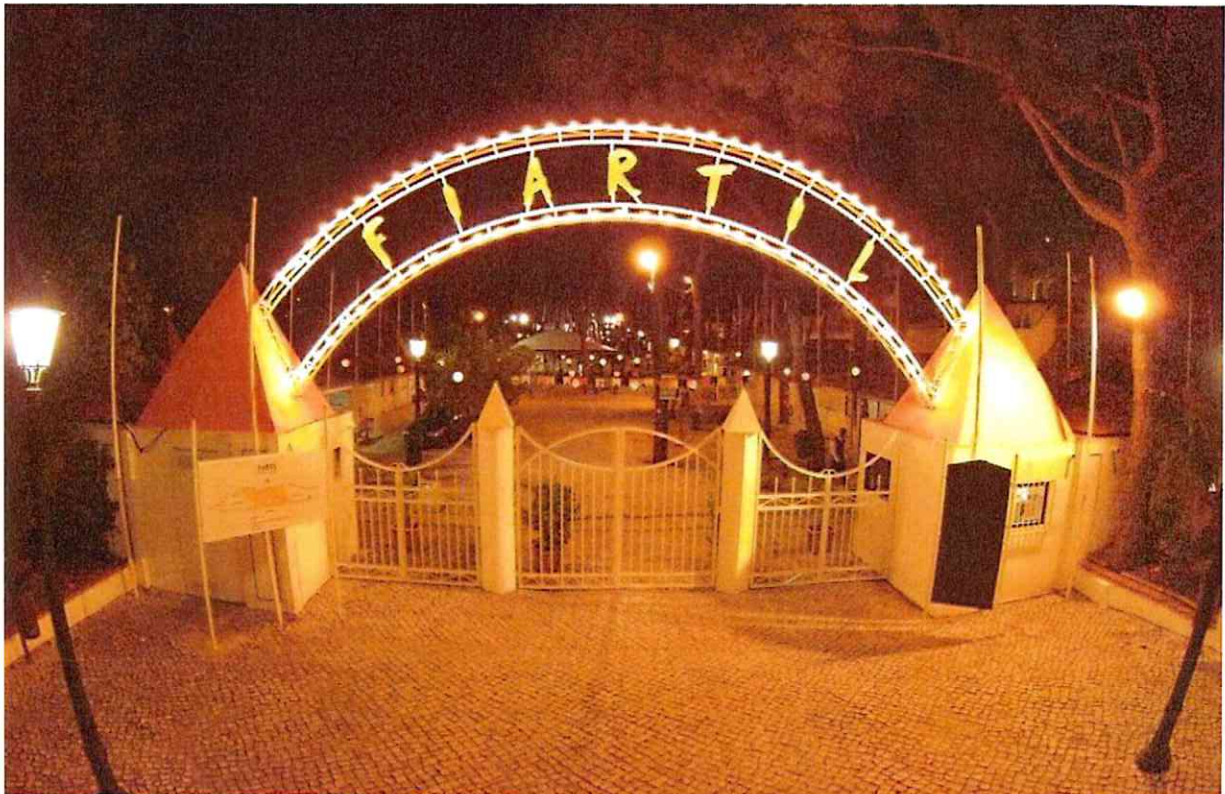
As manutenções/remodelações/reparações são efectuadas com recurso a “outsourcing”, pelo que se torna necessário recorrer a esses serviços conforme regras da Contratação Pública bem como à coordenação “no terreno” as empresas contratadas para esses trabalhos.

- Limpeza dos edificios
- Manutenção do relvado
- Manutenção dos espaços verdes
- Remodelação/Ampliação de uma das Arrecadações
- Diagnóstico das Torres Iluminação

É de salientar que decorreram semanalmente do Hipódromo, os treinos de rugby dos vários escalões etários do Dramático de Cascais o que obrigou a um acompanhamento e tratamento específico do relvado.



FIARTIL



No âmbito da gestão desta infraestrutura, os serviços técnicos da Cascais Dinâmica encarregam-se de cumprir as normas de manutenção arquitectónica e paisagística.

Nesta manutenção estão contempladas as redes de água; eléctricas; som; gaz; telefones e internet; e ainda os edifícios (escritório, stands, wc's, etc).

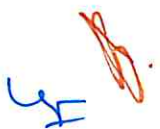
Além disso, está incluída a limpeza e manutenção dos espaços verdes e demais equipamentos urbanos de exterior.



As manutenções/remodelações/reparações são efectuadas com recurso a “outsourcing”, pelo que se torna necessário recorrer a esses serviços conforme regras da Contratação Pública bem como à coordenação “no terreno” as empresas contratadas para esses trabalhos.

- Remodelação do palco para esplanada
- Pinturas e Manutenção de Stands
- Transformação de alguns Stands em Apoios de Restauração
- Adaptação da rede de água e esgotos
- Adaptação da rede eléctrica
- Limpeza e manutenção do pinhal

Inauguração da 51ª Edição da FIARTIL a 25 de Junho que irá decorrer até ao dia 6 de Setembro.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Alterações de Capitais Próprios
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Execução Orçamental
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- 1 – Introdução
- 2 – Referencial Contabilístico de Preparação das demonstrações financeiras
- 3 – Principais Políticas Contabilísticas
- 4 – Fluxos de Caixa
- 5 – Ativos Fixos Tangíveis
- 6 – Propriedade de Investimento
- 7 – Ativos Fixos Intangíveis
- 8 – Participações Financeiras
- 9 – Outros Ativos Financeiros
- 10 – Clientes
- 11 – Fornecedores
- 12 – Estado e Outros Entes Públicos
- 13 – Outras Contas a Receber
- 14 – Diferimentos
- 15 – Instrumentos de Capital Próprio
- 16 – Outras Contas a Pagar
- 17 – Financiamentos Obtidos
- 18 – Prestação de Serviços
- 19 – Subsídios
- 20 – Gastos com o Pessoal
- 21 – Outros Rendimentos e Ganhos
- 22 – Outros Gastos e Perdas
- 23 – Juros e Outros Gastos Similares
- 24 – Imposto s/ o Rendimento
- 25 – Partes Relacionadas
- 26 – Informações Exigidas por Diplomas Legais

Balanço

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS		30-jun-15	30-jun-14
Activos fixos tangíveis	5	26.959.285,63	27.305.039,15
Propriedades de Investimento	6	2.324.848,65	2.128.104,29
Activos intangíveis	7	109.182,82	121.916,25
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	8	656.246,57	662.246,57
Outros Activos financeiros	9	1.625,43	-
		30.051.189,10	30.217.306,26
Activo Corrente			
Cientes	10	4.119.664,30	3.235.908,33
Estado e outros entes publicos	12	88.477,45	54.153,16
Outras contas a receber	13	71.415,68	415.415,70
Diferimentos	14	13.570,95	13.447,82
Caixa e depósitos bancários	4	1.394.030,71	1.123.891,80
		5.687.159,09	4.842.816,81
Total do Activo		35.738.348,19	35.060.123,07
Capital Próprio			
Capital Realizado	15	30.867.000,00	30.867.000,00
Ações (quotas) próprias	15	-89.810,00	-89.810,00
Reservas legais	15	146.487,44	146.487,44
Outras reservas	15	71.084,63	71.084,63
Resultados transitados	15	-1.394.900,63	-1.228.200,40
Ajustamentos em activos financeiros	15	-84.685,00	-84.685,00
Outras variações no capital próprio	15	61.991,91	61.991,91
Resultado líquido do período	15	448.865,23	11.585,03
		30.026.033,58	29.755.453,61
Total do Capital Próprio		30.026.033,58	29.755.453,61
Passivo Não Corrente			
Outras contas a pagar	16	666.544,00	685.588,00
		666.544,00	685.588,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	1.510.724,67	2.612.917,25
Estado e outros entes publicos	12	264.087,02	241.452,77
Financiamentos obtidos	17	2.750.000,00	1.353.720,27
Outras contas a pagar	16	326.950,43	316.568,93
Diferimentos	14	194.008,49	94.422,24
		5.045.770,61	4.619.081,46
Total do Passivo		5.712.314,61	5.304.669,46
Total do Capital próprio e do Passivo		35.738.348,19	35.060.123,07

O Técnico Oficial de Contas

Isabel Vitor de Albuquerque Vieira

O Conselho de Administração

Isabel Vitor de Albuquerque Vieira

As notas entre o ponto 1 e 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Isabel Vitor de Albuquerque Vieira

Demonstração dos resultados

(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	30-Jun-2015	30-Jun-2014
Vendas e serviços prestados	18	2.475.612,93	2.172.247,93
Subsídios à exploração	19	1.502.200,00	2.755.227,30
Fornecimentos e serviços externos		-2.336.599,12	-3.674.691,28
Gastos com o pessoal	20	-726.583,19	-866.723,48
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)		-	-4.322,94
Outros rendimentos e ganhos	21	78.955,88	45.666,92
Outros gastos e perdas	22	-288.815,42	-179.525,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		704.771,08	247.878,95
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5,6,7	-195.559,70	-184.446,90
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		509.211,38	63.432,05
Juros e gastos similares suportados	23	-60.346,15	-51.847,02
Resultado antes de impostos		448.865,23	11.585,03
Estimativa de imposto	24	-	-
Resultado líquido do período		448.865,23	11.585,03

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

As notas entre o ponto 1 e 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

(montantes expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em Alíquotas Financeiras	Excedentes de Revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
Posição no Início do Período 2014	1	Notas	30.867.000,00	-89.810,00	145.812,77	71.084,63	-1.294.948,70	84.685,00	53.929,64	61.991,91	12.459,75	29.742.835,00
Alterações no período												
Praxeia adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos												
Excedente de revalorização de activos												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	13			674,67		66.748,30		53.929,64		-12.459,75	1.033,58	
	2			674,67		66.748,30		53.929,64		-12.459,75	1.033,58	
Resultado Líquido do Período	3									11.585,03	11.585,03	
Resultado Integral	4 = 2 + 3									11.585,03	12.618,61	
Operações com detentores de capital próprio												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5											
Posição no Fim do Período Junho 2014	4 = 1 + 2 + 3 + 5											
			30.867.000,00	-89.810,00	146.487,44	71.084,63	-1.228.200,40	84.685,00	-	61.991,91	11.585,03	29.755.453,61
			O Conselho de Gestão				O Conselho de Administração					

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em Alíquotas Financeiras	Excedentes de Revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio	
Posição no Início do Período 2015	1	Notas	30.867.000,00	-89.810,00	146.487,44	71.084,63	-1.396.657,14	84.685,00	-	61.991,91	1.156,51	29.577.568,35
Alterações no período												
Praxeia adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de activos												
Excedente de revalorização de activos												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio												
	13					1.156,51				-1.156,51	-	
	2					1.156,51				-1.156,51	-	
Resultado Líquido do Período	3									448.865,23	448.865,23	
Resultado Integral	4 = 2 + 3									447.708,72	448.865,23	
Operações com detentores de capital próprio												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5											
Posição no Fim do Período Junho 2015	4 = 1 + 2 + 3 + 5											
			30.867.000,00	-89.810,00	146.487,44	71.084,63	-1.394.900,63	84.685,00	-	61.991,91	448.865,23	30.826.833,58

O Conselho de Gestão
 O Conselho de Administração

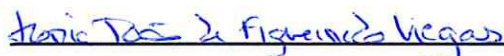
As notas entre o ponto 1 e 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de fluxos de caixa

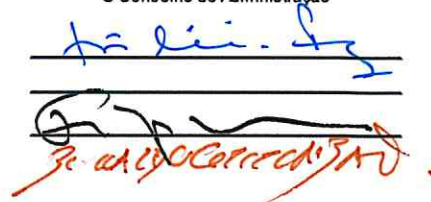
(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30-Jun-15	30-Jun-14
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2.399.080,39	1.634.377,78
Pagamentos a fornecedores		2.430.294,17	2.839.950,64
Pagamentos ao pessoal		801.319,45	859.855,51
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<u>(832.533,23)</u>	<u>(2.065.428,37)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(34.400,32)	(101,38)
Outros recebimentos/pagamentos		2.276.440,02	2.961.279,83
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.409.506,47	895.750,08
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		126.541,07	-
Activos intangíveis		-	81.316,71
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		1.625,43	2.150.958,06
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		426,28	-
Activos intangíveis		-	750,00
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		2.473,37	8.404,91
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(125.266,85)	(2.223.119,86)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		250.000,00	1.332.882,28
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		150.000,00	-
Juros e gastos similares		60.346,15	51.847,02
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		39.653,85	1.281.035,26
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	1.323.893,47	(46.334,52)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	70.137,24	1.170.226,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.394.030,71	1.123.891,80

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas entre o ponto 1 e 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.



Execução Orçamental

(montantes expressos em euros)

	Orç.	Período 30-jun-15 Exec.
TOTAL FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	3.064.787,00 €	2.336.599,12 €
TOTAL GASTOS COM PESSOAL	618.391,00 €	726.583,19 €
TOTAL CUSTOS	3.771.148,00 €	3.351.787,77 €
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		
TOTAL PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-1.932.364,50 €	-2.530.371,11 €
TOTAL SUBSÍDIOS A EXPLORAÇÃO	-2.146.000,00 €	-1.502.200,00 €
TOTAL RENDIMENTOS	-4.078.364,50 €	-4.032.571,11 €





Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

Designação da entidade: CASCAIS DINÂMICA - GESTÃO DE ECONOMIA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO, E. M., S. A.

Sede social: Av.^a Clotilde, Edifício do Centro de Congressos do Estoril, 3º Aº, Estoril.

Natureza da actividade:

1 - Promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho.

2 - Exercício de algumas atividades, designadamente:

a) - Construção de equipamentos e infraestruturas;

b) - Desenvolvimento de iniciativas de animação turística do Concelho de Cascais;

c) - Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;

d) - Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:

i - Centro de Congressos;

ii - Feira do Artesanato;

iii - Hipódromo Manuel Possolo;

iv - Fortaleza da Cidadela de Cascais;

v - Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade.

e) - Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

3 - Fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico-desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.

4 - Poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer actividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

5 - Compreendem-se ainda todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor desde 1 de Janeiro de 2010.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Junho de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Junho de 2014.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis,

quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As vidas uteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	100 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 - 12 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 - 10 anos

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciara sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Participações financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item “Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial”.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado “Goodwil”, sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa (“Goodwil negativo”), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo ‘Provisões’ para fazer face a essas obrigações.

A rubrica “participações financeiras – método da equivalência patrimonial” diz respeito, na sua totalidade, a um investimento na sociedade Parques do Tamariz, onde detém uma participação de 33% do respectivo capital.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos, só são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Em 30 de Junho de 2015 não foram identificadas situações justificativas da constituição de impostos diferidos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.



No final de cada período de relato financeiro, são analisadas as contas de clientes e as outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a CASCAIS DINÂMICA tem em consideração as informações de mercado que demonstrem que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades e após o comprovado insucesso de todas as devidas tentativas de recuperação, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

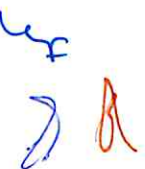
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.



Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços é fiavelmente mensurável, sendo o valor do rédito, reconhecido numa perspetiva de balanceamento entre gastos e rendimentos. Assume-se que o desfecho das transações é fiavelmente mensurável quando todas as condições se verificam:

- a) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;
- c) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- d) os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços não pode ser fiavelmente estimado, o rédito apenas é reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

- Subsídios

A CASCAIS DINÂMICA recebe anualmente subsídios do Turismo de Portugal para participação integral das atividades de promoção e animação do Concelho de Cascais. Esses subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados, o que geralmente ocorre sempre numa base anual.

- Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade desse ativo (ativo fixos intangíveis e tangíveis e ativos financeiros). Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis e na rubrica "Perdas por imparidade – Em dívidas a receber".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a venda do activo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à venda. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Em 30 de Junho de 2015, a CASCAIS DINÂMICA não tinha capitalizado em ativos fixos tangíveis quaisquer encargos financeiros resultantes de empréstimos obtidos.

- Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

- Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.

- Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Especialização dos exercícios

A CASCAIS DINÂMICA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração da CASCAIS DINÂMICA adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão da CASCAIS DINÂMICA foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dizem respeito à definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis integralmente reintegrados à data da transição e análises de imparidade, nomeadamente das contas de clientes e outras contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.



No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Fluxos de caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Caixa e equivalentes de caixa	11.905,95	10.125,11
Depósitos bancários	1.382.124,76	1.113.766,69
Caixa e equivalentes de caixa	<u>1.394.030,71</u>	<u>1.123.891,80</u>

5. Activos fixos tangíveis

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 30 Junho 2015:

	Terranos o Recursos Naturais	Edifícios o outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento de Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Investimento em Curso	Total
	Nota							
1 de Janeiro de 2015								
Custo de aquisição	6.733.440,47	20.187.031,47	166.722,91	196.391,78	408.756,64	410.322,04	400.818,22	28.503.483,53
Depreciações acumuladas	(1.790,46)	(386.918,10)	(130.883,99)	(150.633,41)	(385.106,37)	(259.231,58)		(1.314.563,91)
Valor líquido	<u>6.731.650,01</u>	<u>19.800.113,37</u>	<u>35.838,92</u>	<u>45.758,37</u>	<u>23.650,27</u>	<u>151.090,46</u>	<u>400.818,22</u>	<u>27.188.919,62</u>
30 de Junho de 2015								
Adições		470.434,70	46.058,42		3.028,57	1.887,60		521.409,29
Transferências e abates	(54.282,62)	(162.847,87)			2.447,58		(400.818,22)	(615.501,13)
Afetações				(33.149,99)	(1.278,85)			(34.428,84)
Depreciação - exercício	(110,76)	(109.101,41)	(5.911,36)	(2.408,35)	(7.880,95)	(12.929,45)		(138.342,28)
Depreciação - afetações				33.149,99	639,37			33.789,36
Depreciação - outros		3.439,61	481,67	(481,67)				3.439,61
Valor líquido	<u>(54.393,38)</u>	<u>198.485,42</u>	<u>40.147,06</u>	<u>(2.408,35)</u>	<u>(3.044,28)</u>	<u>(11.041,85)</u>	<u>(400.818,22)</u>	<u>(233.073,60)</u>
Custo de aquisição	6.679.157,85	20.494.618,30	212.781,33	163.241,79	412.953,94	412.209,64		28.374.962,85
Depreciações acumuladas	(1.901,22)	(492.579,90)	(136.313,68)	(120.373,44)	(392.347,95)	(272.161,03)		(1.415.677,22)
Valor líquido	<u>6.677.256,63</u>	<u>20.002.038,40</u>	<u>76.467,65</u>	<u>42.868,35</u>	<u>20.605,99</u>	<u>140.048,61</u>	<u>-</u>	<u>26.959.285,63</u>



Movimentos nos activos fixos tangíveis – 30 Junho 2014:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento de Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Investimento em Curso	Total
1 de Janeiro de 2014								
Custo de aquisição	7.271.180,00	21.800.250,00	242.438,37	196.891,78	455.416,07	410.322,04	400.818,22	30.777.316,48
Depreciações acumuladas	(1.568,96)	(199.835,63)	(205.425,04)	(145.353,45)	(411.131,34)	(231.802,41)	-	(1.195.116,83)
Valor líquido	7.269.611,04	21.600.414,37	37.013,33	51.538,33	44.284,73	178.519,63	400.818,22	29.582.199,65
30 de Junho de 2014								
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(537.739,53)	(1.598.430,80)	-	-	4.657,45	-	-	(2.131.512,88)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - exercício	(110,76)	(100.935,22)	(13.310,26)	(2.890,02)	(14.437,56)	(13.963,80)	-	(145.647,62)
Depreciação - alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação - Transferências e Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	(537.850,29)	(1.699.366,02)	(13.310,26)	(2.890,02)	(9.780,11)	(13.963,80)	-	(2.277.160,50)
Custo de aquisição	6.733.440,47	20.201.819,20	242.438,37	196.891,78	460.073,52	410.322,04	400.818,22	28.645.803,60
Depreciações acumuladas	(1.679,72)	(300.770,85)	(218.735,30)	(148.243,47)	(425.568,90)	(245.766,21)	-	(1.340.764,45)
Valor líquido	6.731.760,75	19.901.048,35	23.703,07	48.648,31	34.504,62	164.555,83	400.818,22	27.305.039,15

As depreciações dos activos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. Propriedades de Investimento

Esta rubrica inclui parte do imóvel do Centro de Congressos, detido pela CASCAIS DINAMICA, pelo fato de existirem fracções deste imóvel, objeto de contrato de arrendamento com terceiros. O Detalhe é o seguinte:

	Nota	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Total
30 de Junho de 2015				
Adições	-	-	-	-
Transferências e abates	-	592.022,15	1.776.066,40	2.368.088,55
Alienações	-	-	-	-
Depreciação - exercício	-	-	(8.880,28)	(8.880,28)
Depreciação - alienações	-	-	-	-
Depreciação - Transferências e Abates	-	-	-	-
Valor líquido		592.022,15	1.767.186,12	2.359.208,27
Custo de aquisição	-	592.022,15	1.776.066,40	2.368.088,55
Depreciações acumuladas	-	-	(43.239,90)	(43.239,90)
Valor líquido		592.022,15	1.732.826,50	2.324.848,65

	Nota	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Total
30 de Junho de 2014				
Adições				-
Transferências e abates		537.739,53	1.598.430,80	2.136.170,33
Alienações				-
Depreciação - exercício			(8.066,04)	(8.066,04)
Depreciação - alienações				-
Depreciação - Transferências e Abates				
Valor líquido		537.739,53	1.590.364,76	2.128.104,29
Custo de aquisição		537.739,53	1.598.430,80	2.136.170,33
Depreciações acumuladas		-	(8.066,04)	(8.066,04)
Valor líquido		537.739,53	1.590.364,76	2.128.104,29

7. Activos fixos intangíveis

Movimentos nos activos fixos intangíveis – 30 Junho 2015:

	Nota	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedades Industriais	Total
1 de Janeiro de 2015					
Custo de aquisição		307.601,13	132.057,08	85.588,40	525.246,61
Depreciações acumuladas		(191.626,73)	(97.433,36)	(78.671,56)	(367.731,65)
Valor líquido		115.974,40	34.623,72	6.916,84	157.514,96
30 de Junho de 2015					
Adições					-
Transferências e abates					-
Alienações					-
Depreciação - exercício		(29.692,32)	(16.712,28)	(1.932,54)	(48.337,14)
Depreciação - alienações					-
Depreciação - outros			5,00		
Valor líquido		(29.692,32)	(16.712,28)	(1.932,54)	(48.337,14)
Custo de aquisição		307.601,13	132.057,08	85.588,40	525.246,61
Depreciações acumuladas		(221.319,05)	(114.140,64)	(80.604,10)	(416.063,79)
Valor líquido		86.282,08	17.916,44	4.984,30	109.182,82

Movimentos nos activos fixos intangíveis – 30 Junho 2014:

	Nota	Projetos de Desenvolvimento 442	Programas de Computador 443	Propriedade Industrial 444	Total
1 de Janeiro de 2014					
Custo de aquisição		194.401,13	101.435,37	85.588,40	381.424,90
Depreciações acumuladas		(152.902,95)	(33.344,00)	(79.295,50)	(265.542,45)
Valor líquido		41.498,18	68.091,37	6.292,90	115.882,45
30 de Junho de 2014					
Adições		36.695,00	31.621,71		68.316,71
Transferências e abates			(31.549,67)		(31.549,67)
Alienações					-
Depreciação - exercício		(13.401,35)	(16.825,05)	(506,84)	(30.733,24)
Depreciação - alienações					-
Depreciação - outros					-
Valor líquido		23.293,65	(16.753,01)	(506,84)	6.033,80
Custo de aquisição		231.096,13	101.507,41	85.588,40	418.191,94
Depreciações acumuladas		(166.304,30)	(50.169,05)	(79.802,34)	(296.275,69)
Valor líquido		64.791,83	51.338,36	5.786,06	121.916,25

8. Participações Financeiras

A CASCAIS DINÂMICA participa com 33,33% no capital social de 1.500.000,00€ da sociedade PARQUES DO TAMARIZ – Sociedade de Exploração de Parques de Estacionamento, S.A..

À data de fecho das contas não eram conhecidas demonstrações financeiras da participada, referentes aos exercícios de 30 de Junho de 2015 e de 30 de Junho de 2014.

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das participações financeiras - método da equivalência patrimonial:

	30-Jun-15 Método da equivalência patrimonial	30-Jun-14 Método da equivalência patrimonial
Participações financeiras		
Saldo inicial	390.460,37	397.134,51
Empréstimo Concedido	271.786,20	271.786,20
Regularizações - Método da equiv. patrimonial	(6.000,00)	-6.674,14
Saldo final	656.246,57	662.246,57
Perdas por imparidade		
Saldo inicial		
Perdas por imparidade do exercício		
Saldo final	-	-
Activos líquidos	656.246,57	662.246,57

Esta rubrica inclui um empréstimo da CASCAIS DINÂMICA á sua participada PARQUES DO TAMARIZ - Sociedade de Exploração de Parques de Estacionamento, S.A. cujo montante ascende a 271.786,20€, não tendo tido qualquer

variação no decorrer do período de 2015, embora em 2014 tivesse sido considerado como outro ativo financeiro nas demonstrações financeiras.

9. Outros Ativos Financeiros

Nesta rubrica encontra-se registado o valor dos fundos de compensação do trabalho com um valor acumulado de 1.625,43 euros.

10. Clientes

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>30-Jun-15</u>	<u>30-Jun-14</u>
Clientes CC Geral	4.286.442,26	3.391.350,65
Clientes Cauções	(18.714,69)	(12.710,69)
Clientes de cobrança duvidosa	54.852,48	54.852,48
Perdas por Imparidade Acumuladas	<u>(202.915,75)</u>	<u>(197.584,11)</u>
Total Clientes	<u>4.119.664,30</u>	<u>3.235.908,33</u>

A dívida de clientes de cobrança duvidosa no montante de 54.852 euros euros tem uma antiguidade superior a 24 meses, assim como os saldos registados em perdas por imparidade no montante de 202.915,75 euros.

Relativamente à antiguidade da dívida de conta corrente geral, a mesma detalha-se da seguinte forma:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>90-120 dias</u>	<u>> 120</u>	<u>Total</u>
	234.167,67	104.536,65	66.668,29	117.995,80	3.763.073,85	4.286.442,26
Clientes	<u>234.167,67</u>	<u>104.536,65</u>	<u>66.668,29</u>	<u>117.995,80</u>	<u>3.763.073,85</u>	<u>4.286.442,26</u>

11. Fornecedores

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho 2014, a rubrica de Fornecedores, apresentava os seguintes saldos:

	<u>30-Jun-15</u>	<u>30-Jun-14</u>
Fornecedores	1.510.724,67	2.612.917,25
Total Fornecedores	<u>1.510.724,67</u>	<u>2.612.917,25</u>

Relativamente à antiguidade da dívida, a mesma detalha-se da seguinte forma:

	<u>0-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>120-180 dias</u>	<u>181-360 dias</u>	<u>> 361 dias</u>	<u>TOTAL</u>
	257.099,88	144.274,54	64.483,90	123.644,61	11.447,67	26.135,86	627.086,46
Fornecedores conta corrente	<u>257.099,88</u>	<u>144.274,54</u>	<u>64.483,90</u>	<u>123.644,61</u>	<u>11.447,67</u>	<u>26.135,86</u>	<u>627.086,46</u>

Existe um valor em fornecedores - facturas em conferência no montante de 883.638,21 Euros.

12. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 30 de Junho 2015 e 30 de Junho de 2014, os saldos da rubrica Estado e outros entes públicos é como se segue:

	30-jun-15		30-jun-14	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRC	87.607,45	5.786,32	49.957,84	43.275,58
Impostos s/ rendimento - IRS	870,00	31.778,00	4.195,32	
Impostos s/ valor acrescentado		171.121,02		128.069,94
Contribuições para Segurança Social		55.401,66		70.107,25
Outras contribuições		,02		
	<u>88.477,45</u>	<u>264.087,02</u>	<u>54.153,16</u>	<u>241.452,77</u>

13. Outras contas a Receber

Nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, a rubrica de outras contas a receber é decomposta da seguinte forma:

	30-jun-15	30-jun-14
Outros devedores		
Pessoal	978,42	1.354,55
Devedores por Acréscimo Proveitos	67.902,26	324.642,95
Devedores diversos	2.535,00	89.418,20
Outras contas a receber	<u>71.415,68</u>	<u>415.415,70</u>

14. Diferimentos

Em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, a rubrica do activo corrente Diferimentos apresenta a seguinte composição:

	30-jun-15	30-jun-14
ATIVO		
Seguros	818,23	5.430,34
Outros	12.752,72	8.017,48
Gastos a reconhecer	<u>13.570,95</u>	<u>13.447,82</u>
PASSIVO		
Comissões	128.879,85	
Eventos	65.128,64	94.422,24
Rendimentos a Reconhecer	<u>194.008,49</u>	<u>94.422,24</u>

A rubrica de comissões diz respeito a facturação emitida em 2014 cujo rendimentos apenas deverá ser reconhecido nos próximos 3 anos.

15. Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 30 de Junho de 2015 o capital da Empresa é de 30.867.000 euros, está totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 6.173.400 acções com o valor nominal de cinco Euro, cada. A participação detida pelo Município de Cascais corresponde a 99,71% do capital social da Empresa.

Acções próprias

Em 30 de Junho de 2015 a Empresa detinha 17.962 acções próprias com o valor de 89.810,00 euros que assim deduz ao valor do Capital Social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 30 de Junho de 2015 a reserva legal ascendia a 146.487,44 euros.

Outras reservas

Em 30 de Junho de 2015 as outras reservas ascendiam a 71.084,63 euros, não tendo havido qualquer alteração desde o final de 30 de Junho de 2014.

Resultados Transitados

Em 30 de Junho de 2015 os Resultados Transitados tiveram as seguintes alterações face ao final de 2013:

- a inclusão de parte do resultado de 2014 no valor de 1.156,51 euros;
- a inclusão de parte do resultado de 2013 no valor de 12.818,16 euros;
- a anulação de um excedente de revalorização no valor de 56.947,90 euros;
- a transferência de custos de 2012 e 2013 materialmente relevantes contabilizados em 2014, ascendendo assim estes resultados a 1.394.900,63 euros.

Ajustamentos Financeiros

Não ocorreu nenhuma alteração durante o período, pois nesta rubrica estão os prejuízos que a participada Parques do Tamariz foi apresentando durante os anos anteriores à aplicação do SNC.

Outras variações de capital próprio

As outras variações no capital próprio não apresentaram alterações durante o período e correspondem a doações recebidas em exercícios anteriores.

16. Outras contas a pagar

Em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Fornecedores de investimento	666.544,00	685.588,00
	<u>666.544,00</u>	<u>685.588,00</u>
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores de investimento	190.441,00	171.397,00
Credores por acréscimos de gastos		
Outros gastos	123.000,00	
Outros credores	13.509,43	145.171,93
Outras contas a pagar	<u>326.950,43</u>	<u>316.568,93</u>

Os saldos da rubrica de fornecedores de investimento respeitam, na sua totalidade, ao Município de Cascais.

17. Financiamentos obtidos e locação financeira

Em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014 o detalhe da rubrica de Financiamentos obtidos era como se segue:

	<u>Instituição Financeira</u>	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Passivo corrente:			
Empréstimos bancários - 6 meses	Baco BIC	1.500.000,00	1.350.000,00
Empréstimos bancários Livranças 3 meses	Santander	250.000,00	
Conta Cauionada Anual	Santander	1.000.000,00	
Contrato locação Financeira			3.720,27
Total Financiamentos obtidos		<u>2.750.000,00</u>	<u>1.353.720,27</u>

Todos estes financiamentos são de prazo inferior a um ano sendo que, tanto o empréstimo de 6 meses como conta caucionada tenham vindo a ser renovados no seu vencimento, respectivamente, seis meses e um ano.

18. Prestação de serviços

O montante das prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, é detalhado como segue:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Prestação Serviços Varios	2.401.168,79	2.133.274,26
Arrendamentos	54.748,80	72.955,80
Comissões	183.089,53	49.956,34
Descontos e Abatimentos	(163.394,19)	-83.938,47
Vendas e prestações de serviços	<u>2.475.612,93</u>	<u>2.172.247,93</u>

19. Subsídios à Exploração

Em 30 de Junho de 2015 e comparativamente a 30 de Junho de 2014 a rubrica de subsídios apresentava os seguintes valores:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Turismo de Portugal	<u>1.502.200,00</u>	<u>2.755.227,30</u>

20. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2015 de e 30 de Junho de 2014, foram como segue:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	26.930,85	21.660,15
Pessoal	545.123,59	641.010,00
Indemnizações	20.090,89	35.633,38
Seguros	-	10.097,57
Outros gastos com pessoal	2.902,13	6.597,86
	<u>595.047,46</u>	<u>714.998,96</u>
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações		
Orgão Sociais	6.108,76	5.777,34
Pessoal	125.426,97	145.947,18
	<u>131.535,73</u>	<u>151.724,52</u>
Custos com o pessoal	<u>726.583,19</u>	<u>866.723,48</u>

21. Outros rendimentos e ganhos

A decomposição da rubrica de Outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e de 30 de Junho de 2014, é conforme se segue:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Outros rendimentos		
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Diferenças de Câmbio		
Rendimentos e ganhos em investimentos	55.324,97	31.677,98
Outros Rendimentos		10,83
Correcções relativas a períodos anteriores	3.867,96	
Restituição de impostos	590,64	
Indemnizações	926,73	475,00
Outros não especificados	15.772,21	5.098,20
Juros Obtidos		
Juros por execuções fiscais CMC	2.473,37	8.404,91
	<u>78.955,88</u>	<u>45.666,92</u>

22. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de Outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e de 30 de Junho 2014, é conforme se segue:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Impostos		
IMI	119,67	28.240,20
IVA	3.280,25	2.350,17
Imposto do selo	10.900,16	12.057,38
Imposto sobre transportes rodoviários	463,13	514,13
Taxas	26.889,48	27.506,05
Outros Gastos		
Correcções relativas a períodos anteriores	239.671,12	103.211,23
Donativos	200,00	
Insuficiência da estimativa para impostos		1.508,48
Multas e outras penalidades	7.211,65	3.977,00
Outros não especificados	79,96	160,86
	<u>288.815,42</u>	<u>179.525,50</u>

23. Juros e outros gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014 são detalhados conforme se segue:

	<u>30-jun-15</u>	<u>30-jun-14</u>
Juros suportados		
Juros de financiamentos bancários	60.346,15	51.659,53
juros de leasings e ALD		185,96
Juros suportados - outros		1,53
Outros	<u>60.346,15</u>	<u>51.847,02</u>

24. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21% que deverá ser incrementada no máximo em 1,5% pela derrama, de acordo com o artigo 14º da Lei das Finanças Locais.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014.

Não foi reconhecido imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados do período intercalar findo em 30 de Junho de 2015.

25. Partes relacionadas

Para além dos saldos mencionados nas notas 8 relativos à participada Parques do Tamariz, S.A., as transacções e saldos entre a Empresa e o Município de Cascais, em 30 de Junho de 2015 e 30 de Junho de 2014, são apresentados no quadro que segue:

Descrição	Empresa-mãe 30 Junho 2015	Empresa-mãe 30 Junho 2014
Saldo Conta de clientes	2.162.804,61	1.207.528,41
Saldo Conta de fornecedores		
Saldo conta de fornecedores investimento	856.985,00	856.985,00
Prestações de serviços	417.720,65	142.000,00
Aquisição de Serviços	6.391,73	

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício findo em 30 de Junho de 2015 os honorários auferidos pelo revisor oficial de contas ascenderam a 4.090 euros embora estejam orçamentados 6.625 euros.

- Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 30 de Junho de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

- Data da autorização para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 8 de Julho de 2015.

A Técnica Oficial de Contas

Henrique José de Almeida Vieira

O Conselho de Administração

João Luís
B. Monteiro

Estoril, 8 de Julho 2015

Conselho de Administração

João Pereira

Filipe

De acordo com o Conselho de Administração

PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

INTRODUÇÃO

1. Procedemos a uma revisão das demonstrações financeiras intercalares da Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, S.A., as quais compreendem o balanço em 30 de junho de 2015, (que evidencia um total de ativo líquido de 35.738.348,19 euros e um total de capital próprio 30.026.033,58 euros, incluindo um resultado líquido de 448.865,23 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período de 6 meses findo naquela data, e o correspondente Anexo, documentos estes que foram preparados a partir dos livros e registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

RESPONSABILIDADES

2. A elaboração destas demonstrações financeiras é da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa. A nossa responsabilidade é a de dar um parecer com base na nossa revisão, sobre estas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

3. A nossa revisão não teve como objetivo a emissão da certificação legal das demonstrações financeiras intercalares, pelo que não constitui um exame realizado integralmente de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Foram, contudo, aplicados os procedimentos mínimos de revisão geralmente aceites e outros que considerámos necessários nas circunstâncias, principalmente, através de indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
 - a apresentação da informação financeira.

4. A revisão efetuada proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, conseqüentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de revisão/auditoria.

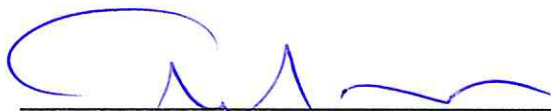
RESERVAS

5. A Empresa detém na Parques do Tamariz – Sociedade de Exploração de Parques de Estacionamento, SA, uma participação financeira e suprimentos, no valor global de 656.247 euros (nota 8) e mantém uma dívida ao Município de Cascais, no montante de 856.985 euros (nota 16) relativa à cedência, em regime de direito de superfície, do terreno destinado à construção do Parque do Tamariz. Apesar de ser convicção da Administração da Cascais Dinâmica que a eventual liquidação daquela sociedade, que aliás se encontra inativa, terá como consequência a extinção simultânea da dívida ao Município de Cascais, não estamos em condições de poder concluir se, e em que extensão, as demonstrações financeiras da Empresa poderão vir a ser afetadas em resultado do desfecho deste processo.
6. A análise efetuada à rubrica de clientes, revelou a existência de créditos com antiguidade significativa no montante global de 868.000 euros. Os referidos créditos são maioritariamente oriundos da ex –empresa municipal Arcascais, cujo património foi incorporado em 2012 na Cascais Dinâmica. Apesar dos esforços que a Empresa tem empreendido no sentido de proceder à cobrança daqueles créditos, não nos encontramos em condições de poder concluir se os créditos acima referidos serão integralmente recuperados no futuro.
7. Na sequência de ações de inspeção tributária realizadas em referência aos exercícios de 2006 a 2009, foram propostas pela Administração Fiscal correções, de valor global relevante, em sede de IRC, IVA e IRS, acrescidas dos respetivos juros compensatórios. A Empresa contestou os atos de liquidação e os juros compensatórios apresentados pela Administração Fiscal, não nos sendo possível prever o desfecho desta situação e, conseqüentemente, determinar o seu eventual impacto nas demonstrações financeiras.
8. À data de 30 de junho de 2015 a Empresa não registou nas contas a estimativa de IRC referente aos lucros apurados no período.

PARECER

9. Com base na revisão efetuada, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 5 a 8 acima, não temos conhecimento de quaisquer situações que afetem de forma significativa a conformidade das citadas demonstrações financeiras com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 30 de julho de 2015



MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro